



Governo do Estado coloca áreas destinadas à pesquisa em projeto de alienação sem consultar comunidade científica

Foto: Alexandre Martins



Estado vai se desfazer de área do Instituto Agrônomo, em Jundiaí, que abriga o Centro de Engenharia e Automação (CEA).

A fim de autorizar a alienação de imóveis, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) acaba de enviar para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) o projeto de lei 328/2016, que tramita em regime de urgência. Entre os imóveis indicados pelo governador para serem alienados, 16 estão sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e são utilizados para fins da pesquisa científica, sendo que esta decisão não teve consentimento da comunidade científica. A medida pretende vender fazendas inteiras - ou parte delas - que alojam diversas linhas de pesquisa. Com a premissa de que os imóveis citados foram avaliados pelo Secretário da Agricultura, Saulo de Castro Abreu Filho, como "inservíveis ou de pouca serventia", o Governo encaminha o PL, que deve ser votado em até 45 dias, em caráter de urgência.

De acordo com o secretário de governo, a alienação dos imóveis produzirá duas consequências precípuas. Em primeiro lugar, a venda, com a finalidade de aumentar

as receitas estaduais, auxilia o ingresso de recursos no erário, os quais servirão para custear obras e serviços necessários à população. Em segundo lugar, os mesmos recursos poderão aumentar o capital da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, podendo ser utilizados como garantias de projetos de infraestrutura a serem contratados por meio de parcerias público-privadas, nos termos da Lei nº 11.688, de 19 de maio de 2004.

De acordo com o presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC), Joaquim Adelino de Azevedo Filho, a alienação das áreas pertencentes à comunidade científica já vinha sendo planejada desde 2014, quando o coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), Orlando Melo de Castro, chegou a afirmar que as fazendas utilizadas pelo Estado para fins de pesquisa seriam muito grandes para a realidade atual, sob a justificativa de que foram doadas, conforme matéria publicada no jornal Valor Econômico, de 4 de julho de 2014, com o título *“Governo de SP estuda reduzir área de fazendas de pesquisas”*. “O Governo está agindo sem a consulta à comunidade científica e aos usuários. Agora está alegando que irá vender – já que as áreas ‘não estão sendo utilizadas’, porém isto não é verdade. Grande parte dos terrenos que pertencem à comunidade científica hoje foram recebidos em troca de dívidas ou comprados por governadores com visão de futuro. As que não estão sendo utilizadas é porque o próprio Governo do Estado não tem realizado concursos para repor seu efetivo ou desocupou sob a justificativa de mudança nas linhas de pesquisa, sem consentimento do corpo técnico. É triste assistir a tudo o que está acontecendo com o patrimônio do Estado e, portanto, da sua população, e com o trabalho de décadas de pesquisadores que dedicaram a vida toda a algo que está prestes a desaparecer”, explica Joaquim Azevedo.

Um levantamento realizado pela Apta, coordenadoria vinculada à secretaria de agricultura, em 2014, calculava que 1,2 mil hectares poderiam ser disponibilizados imediatamente, a medida poderia representar uma captação de R\$ 900 milhões a R\$ 1 bilhão.

Relembre o caso das “vacas roubadas” nas áreas de pesquisa de Ribeirão Preto, que foram transferidas para Nova Odessa, e também do Centro de Engenharia e Automação, transferido de Jundiaí para Campinas.

Em março deste ano, um caso incomum ganhou a atenção da imprensa e se tornou motivo de grande preocupação por parte dos pesquisadores científicos. Vacas usadas em estudos científicos do Polo Regional Centro Leste, em Ribeirão Preto, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) começaram a ser transferidas da fazenda experimental do Estado de São Paulo, em Ribeirão Preto (SP), para uma estação em Nova Odessa (SP). Na época, a Apta justificou o remanejamento dos animais como uma medida emergencial para barrar uma série de furtos registrados no local nos últimos três anos. “Estas terras que eram ocupadas pela comunidade científica para a realização de importantes estudos, como o do chamado “leite

vitaminado", enriquecido com vitaminas que podem aumentar a resistência das pessoas e prevenir contra doenças, agora é colocada a venda. Sem a ferramenta de trabalho alguns, pesquisadores pediram a transferência para outras unidades, outros aguardavam uma promessa de continuar na unidade, com a permanência do uso de laboratórios, agora isso não será mais possível ", esclarece o presidente da APqC. "Na época, já havia desconfianças que haviam outros interesses na transferência dos animais. Hoje, isto ficou claro. Quem perde não somos somente nós, pesquisadores, mas todo o País que depende de nosso trabalho para progredir nas áreas da Agricultura, Meio Ambiente e da Saúde ", finaliza Joaquim Azevedo.

Após transferir o acervo entomológico (de insetos e pragas) para São Paulo e anunciar o mesmo destino para o acervo de plantas. Foi anunciado que as atividades do Centro de Engenharia e Automação (CEA), do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) que ficam em Jundiaí, seriam transferidas para Campinas. Na época, a justificativa da direção do IAC foi à reprogramação e alinhamento da pesquisa e redução de custos com a desocupação do prédio, que seria devolvido à Secretaria da Fazenda do Estado. Dito pelo coordenador da APTA, que somente as atividades de pós-colheita seriam transferidas. Entretanto, à área e os prédios agora figura entre um dos patrimônios que devem ser vendidos.

O CEA, em Jundiaí, abriga um grande conjunto de laboratórios, além de estruturas de campo e de transferência de tecnologia. O espaço tem ainda uma pista de ensaio de tratores e outros veículos agrícolas com a extensão de um quilômetro, considerada única na América do Sul. De acordo com os pesquisadores há algo semelhante somente na Universidade de Nebraska (EUA). Como esses conjuntos de infra-estrutura não podem ser transferidos, os prejuízos nas atividades de pesquisa serão enormes.